

17 OUT 1981

A integração social no Brasil

A política econômica adotada pelo Governo brasileiro, nos últimos vinte anos, tem contemplado os investimentos convencionais em recursos físicos (máquinas, equipamentos, construções etc.) com os mais variados sistemas de incentivos fiscais e creditícios.

Sempre se reconheceu, contudo, que o desenvolvimento da força de trabalho nacional contribuiu com parcela preponderante para o processo de crescimento econômico do país.

Nunca foi esquecido que o retorno dos investimentos no homem é, em verdade, a base sólida do desenvolvimento econômico e social. Pois esse é o único caminho para viabilizar a elevação do nível de bem-estar da comunidade, mediante a incorporação, às rendas individuais das pessoas, da realização dos ganhos de produtividade das unidades econômicas.

Outros processos, repudiando esse dogma irrefutável, transitam por caminhos perdidos que fatalmente convergem para o ponto de origem. Se o desenvolvimento social amparado pela incorporação da realização dos ganhos de produtividade às rendas individuais das pessoas é projeto de longo prazo de maturação, mais demorados serão seus resultados quantos forem os descaminhos havidos.

Assim tem sido para a maioria dos países que se aventuraram, adotando fórmulas mágicas para acelerar o processo de desenvolvimento social, dissociando-o da evolução da economia e do homem. Em verdade, eles só conseguiram impor, após a fase de euforia, maiores sacrifícios a suas comunidades e evidenciar que ninguém pode pagar às pessoas mais do que elas são capazes de produzir.

O instrumento capaz de amenizar a angústia sofrida, durante os muitos anos de maturação do projeto de desenvolvimento social, é a política fiscal. Na medida que o Governo arrecada os excessos de lucratividade para investir ostensivamente no projeto social, além de transmitir confiança à comunidade e reiterar sua importância, promove maior agilização nos resultados pretendidos.

Exemplo recente desse procedimento foi a taxação adicional dos lucros das empresas do grupo financeiro, para investir os novos valores arrecadados em educação e merenda escolar. E a legislação fiscal brasileira é abundante em demonstrações de que o Governo, acima de tudo, encontra-se voltado para o campo social. Entre muitos outros, os incentivos fiscais para investimentos, pelas pessoas jurídicas, em treinamento, em alimentação e em alfabetização, bem como o mecanismo do crédito educativo, constituem manifestações eloquentes.

Entretanto, a medida dotada de maior criatividade nos últimos anos, nesse campo, foi, sem dúvida, a instituição do Programa de Integração Social - PIS - e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Paspap.

Esse dois projetos sócio-econômicos, embora não constituam, de maneira convencional, processos de investimentos nos recursos humanos do país, criaram um sistema de auto-sustentação capaz de permitir a participação do trabalhador no crescimento econômico brasileiro, sem que ocorra, necessariamente, a realização de ganhos de produtividade dos recursos humanos.

A forma inteligente adotada foi gerar ganhos da economia, através de investimentos em recursos físicos, com o próprio patrimônio financeiro dos trabalhadores, que permitissem distribuição equilibrada dos resultados obtidos.

Curiosamente, a evolução desses programas de formação de patrimônio não tem sido analisada com periodicidade adequada, nem se procurou verificar até onde ela tem promovido a efetiva participação do trabalhador no crescimento das empresas nacionais. Os estudos a respeito circunscrevem-se, normalmente, ao volume das aplicações dos recursos do fundo, com suas repercussões sobre a economia, ficando relegados a segundo plano os efeitos sociais dos programas, que constituem claramente o objetivo maior.

Alguns números podem dar uma idéia dos resultados obtidos no setor social, pelos Programas PIS-Pasep. Em julho de 1977, o número de trabalhadores participantes era de 22.324.491, elevando-se para 32.208.165, em julho de 1981. Houve, portanto, crescimento de 44,2%, em quatro anos. Em 1977, o número de participantes representava 51,2% da população economicamente ativa (PEA). Em 1981, representa 64,9%. Como se verifica, os benefícios dos Programas PIS e Pasep abrangem substancial parcela da força de trabalho do país.

Outro aspecto considerável é a arrecadação de contribuições. A preços de dezembro de 1980, essa arrecadação, nos últimos cinco anos, foi 32,78% superior à do ICM de 1980, em termos nacionais, e correspondeu a 67% da arrecadação de todos os tributos e taxas federais, no mesmo exercício.

A rentabilidade alcançada no exercício financeiro de 1980/81 foi de 87,60%, enquanto a rentabilidade média dos fundos fiscais, no mesmo período, ficou em 46,8%. A preços de dezembro de 1980, a receita acumulada dos Programas PIS-Pasep representou 6,22% do PIB brasileiro de 80.

Ponto que merece também destaque, para efeito de avaliação, é o resultado creditado aos participantes. A preços de dezembro de 1980, a soma dos resultados creditados aos participantes nos últimos cinco anos foi superior em 46% ao total da arrecadação de todos os tributos federais, no exercício de 1980, e correspondeu a quase duas vezes e meia a arrecadação nacional de ICM (247,57%). Mais de 50% desse montante foram distribuídos a trabalhadores participantes que recebem menos de cinco salários mínimos.

O patrimônio líquido do Fundo de Participação PIS-Pasep, em junho de 1981, era de Cr\$ 869,979 bilhões, correspondendo a 36,47% da soma dos patrimônios líquidos das quinhentas maiores empresas nacionais e a 5% do PIB em 1980.

O saldo das aplicações, a preços de dezembro de 1980, realizadas com recursos do Fundo, é de Cr\$ 814,519 bilhões, valor que equivale a 21,8% do saldo de empréstimos do sistema monetário ao setor privado, em julho de 1981.

Esses números dão uma idéia para que se possa avaliar os resultados sociais do Fundo de Participação PIS-Pasep. Certamente, um governo que repassa, em cinco anos, à comunidade de trabalhadores, valor equivalente a quase a metade da arrecadação total de tributos federais em um exercício, ou duas vezes e meia a arrecadação nacional de ICM, está decididamente voltado para o campo social.